ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ
1º SECRETÁRIO: VEREADOR CLÁUDIO TINOCO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR RICARDO ALMEIDA

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX ALEMÃO, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, BECA, CARLOS MUNIZ, CEZAR LEITE, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DAVID RIOS, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, ELIETE PARAGUASSU, FÁBIO SOUZA, FELIPE SANTANA, GEORGE REIS, HAMILTON ASSIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISABELA SOUSA, JOÃO CLÁUDIO BACELAR, JÚLIO SANTOS, KEL TORRES, KÊNIO REZENDE, KIKI BISPO, MARCELLE MORAES, MARCELO GUIMARÃES NETO, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, OMAR GORDILHO, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SANDRO FILHO, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO e TEO SENNA, estando licenciados os vereadores ANDRÉ FRAGA, DEBORA SANTANA, ELIETE PARAGUASSU e FELIPE SANTANA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 518/25 do vereador Felipe Santana, 519 e 520/25 da vereadora Debora Santana e 521/25 da vereadora Marta Rodrigues; Projetos de Resolução n.s 125 e 126/25 da Mesa Executiva; e Requerimento de licença de vereador. Terminada a leitura do Expediente, foi votada e aprovada a licença do vereador Fábio Souza (10 de novembro). Em

seguida, na **Ordem do Dia**, foi discutido, votado e aprovado, até a Redação Final, o Projeto de Resolução n. 96/25. No **Pinga-Fogo**, o vereador Cláudio Tinoco expôs sobre a apresentação, pelo prefeito, do Plano Municipal de Segurança Pública, o qual explicou ter sido uma criação participativa e estar ainda aberto à participação de outros. Parabenizou o vereador Ricardo Almeida por inserir os religiosos nessa formulação e exortou outros pares a nela tomar parte. Informou o investimento de cinco bilhões nesse Plano, o qual duraria dez anos, e estimou que ele seria aprovado na Casa, inclusive por contar com a participação do Governo do Estado. Comentou sobre evento voltado aos trabalhadores do Carnaval, no qual se estabelecera um formato de gestão federal, estadual e municipal sobre a atividade desses profissionais. Anunciou novidades em beneficio desses trabalhadores. Parabenizou a vice-prefeita Ana Paula Matos por seu aniversário. A vereadora Aladilce Souza também comentou sobre o evento relativo aos trabalhadores do Carnaval, saudando a atuação, nisso, do vereador Maurício Trindade. Elogiou o debate em prol dos trabalhadores ambulantes e a articulação dos três níveis de governo em favor dessa categoria. Expressou indignação com os deputados federais que votaram pela extinção do aborto legal para meninas vítimas de estupro, apontando, nisso, um retrocesso quanto a uma importante garantia legal. Afirmou que estuprador não poderia ser pai, nem criança poderia ser mãe. Em comunicação inadiável, o vereador George Reis, o Gordinho da Favela, informou a realização do Café da Manhã Solidário, convidando os pares. O vereador Paulo Magalhães Júnior saudou a vice-prefeita Ana Paula Matos, enaltecendo o seu perfil e a sua trajetória. Ressaltou a importância histórica do Plenário Cosme de Farias, que receberia mudanças apresentadas pelo senhor presidente no dia anterior. Elogiou a atuação do senhor presidente Carlos Muniz e comentou sobre a transferência do Plenário da CMS para o antigo Cine Exelsior. A vereadora Marta Rodrigues comentou sobre o *Novembro Negro* e as ações da Comissão de Reparação a esse respeito, como a Sessão regimental. Mencionou os atos racistas ainda presentes, sobretudo contra

mulheres, e informou a Marcha das Mulheres Negras até Brasília. Também comentou sobre a realização da COP-30, em Belém, e a criação, nela, do Fundo Florestas Tropicais. Condenou a aprovação, na Câmara dos Deputados, da extinção do direito ao aborto legal para meninas vítimas de estupro. Em comunicação inadiável, a vereadora Marcelle Moraes endossou as falas das colegas vereadoras sobre o fim do aborto legal e sublinhou que homens não poderiam decidir sobre o corpo das mulheres, nem meninas poderiam ser obrigadas a ser mães. O vereador Sandro Filho assinalou a seriedade da atividade política e expôs sobre reações contrárias ao seu trabalho. Mencionou acusações caluniosas contra si e sua esposa, afirmando que nada poderia ser encontrado para sustentá-las. Mencionou, também, o fato de aliados seus estarem receosos diante das falsas acusações e disse lamentar que um trabalho honesto provocasse tais reações. Afirmou que seguiria firme em seu trabalho. Em seguida, novamente na **Ordem do Dia**, foi apreciado o Projeto de Resolução n. 125/25. Subiu à Tribuna, para Parecer pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), e de Finanças e Orçamento, o vereador Daniel Alves, cujo Parecer foi favorável ao Projeto. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Resolução n. 125/25 foi aprovado, até a Redação Final. Em seguida, foi promulgada a Resolução n. 3.516/25. Nas **Representações Partidárias**, pela Liderança do Governo, a vereadora Cris Correia associou-se às falas das vereadoras Aladilce Souza, Marta Rodrigues e Marcelle Moraes quanto ao fim do aborto legal em meninas. Indagou que tipo de sistema preveria uma dupla punição a uma menina vítima de estupro. Destacou a falta de preparo físico e psicológico de uma menina para assumir, obrigada pelo estado, uma gravidez resultante de uma violência e perguntou que direito tinham os parlamentares para decidir sobre isso. Ponderou que, se a filha de algum desses congressistas sofresse tal violência, ele próprio buscaria alguma saída que não o prosseguimento de uma gravidez. Questionou que tipo de “vida” era defendida pelos que agiam nesse sentido. Em comunicação inadiável, o vereador Hamilton

Assis associou-se às colegas vereadoras, contando ter se manifestado em repúdio à votação dos congressistas e lembrando Indicação sua, à Prefeitura, para se estabelecer acolhimento a mulheres vítimas de estupro. O senhor presidente salientou a gravidade do estupro e considerou que os congressistas que assim votavam não se punham no lugar de quem tinha uma filha vítima dessa violência. Estimou que essa votação não prosperaria no Senado. Pela Liderança da Oposição, o vereador Sílvio Humberto destacou o absurdo da votação contra o aborto legal e também estimou que essa votação não prosperaria. Apontou, no olhar desses congressistas, um relativismo quanto ao que eram a vida e o ser humano. Repudiou o tratamento ao corpo feminino como se ele fora um objeto. Considerou positivo a Prefeitura criar condições decentes para os trabalhadores do Carnaval e indagou por que as atuais medidas não haviam sido tomadas antes. Também indagou sobre quem ficava com as receitas do Carnaval e sugeriu que os vendedores recebessem pelo seu direito de imagem associado às marcas de produtos. O vereador Maurício Trindade saudou a vice-prefeita pelo aniversário e associou-se às falas contrárias aos congressistas votantes pela extinção do aborto legal. Comentou sobre as questões sofridas pelos trabalhadores do Carnaval e historiou ações para combater o que chamou de trabalho escravo. Ressaltou a união entre as esferas de governo que resultara nas novas medidas em favor desses trabalhadores, as quais detalhou. Criticou o excesso de eventos na Barra, expondo os danos aos moradores do bairro. Defendeu: critérios para a realização dos eventos; a atuação da Guarda Municipal; e o respeito à Lei do Silêncio. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO